**PROVA PREAMBULAR – VERSÃO 1**

**Direito Penal**

1. É INCORRETO afirmar:

(A) Na hipótese de crime punível com detenção, o trata-mento ambulatorial será por tempo indeterminado, perdurando enquanto não for averiguada, mediante perícia médica, a cessação de periculosidade.

(B) A prescrição da pena de multa ocorrerá em 2 (dois) anos, quando a multa for alternativa ou cumulati-vamente cominada ou cumulativamente aplicada.

(C) No caso de revogação do livramento condicional, a prescrição da pretensão executória é regulada pelo tempo que resta da pena, nos termos do art. 113, do Código Penal.

(D) A reincidência aumenta em um terço o prazo da prescrição da pretensão executória, não tendo qual-quer efeito sobre a pretensão punitiva.

(E) A Lei penal mais grave aplica-se ao crime perma-nente, se a sua vigência é anterior à cessação da permanência.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

2. É INCORRETO afirmar:

(A) São incompossíveis os crimes de corrupção ativa (art. 333, CP) praticados pelo particular e os de con-cussão (art. 316, CP) praticados pelo funcionário pú-blico, em face do mesmo contexto fático.

(B) Não há crime de corrupção ativa, na hipótese de mo-torista de veículo automotor que dirige sem habilitação e, após liberada irregularmente da fiscalização de trân-sito, oferece a policial rodoviário vantagem indevida referente a prestação de ato de natureza sexual.

(C) O excesso de exação não é forma privilegiada do crime de concussão.

(D) O particular, estranho ao serviço público, pode ser responsabilizado como partícipe no crime de peculato.

(E) Para a configuração do crime de corrupção passiva (art. 317, CP) é necessário que a solicitação do fun-cionário público seja correspondida pelo *extraneus*.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

3. Considere:

I. Há crime de latrocínio, quando o homicídio se con-suma, ainda que não realize o agente a subtração de bens da vítima.

II. O agente que toma conhecimento do estupro de sua filha e, sob a influência de violenta emoção, no dia seguinte encomenda a terceiro, a morte do es-tuprador − fato que se concretiza posteriormente −, pratica o denominado homicídio privilegiado, pre-visto no § 1o, do art. 121, do Código Penal.

III. O médico que, diante de iminente perigo de vida, efetua uma intervenção cirúrgica no paciente sem o seu consentimento ou de seu representante legal, pratica o crime de constrangimento ilegal.

IV. O policial que depara com um desconhecido empu-nhando uma faca na iminência de agredir mortal-mente a um menor, que acabou de praticar ato infra-cional, podendo evitar o resultado resolve se omitir, permitindo que o crime se consume, não é partícipe do crime de homicídio, mas pratica o delito de perigo para a vida ou saúde de outrem (art. 132, CP).

V. Configura hipótese de crime de homicídio privile-giado-qualificado o homicídio eutanásico praticado com emprego de veneno.

Está correto o que se afirma APENAS em

(A) II e IV.

(B) I, II e III.

(C) II e V.

(D) I e V.

(E) I, III e V.

4. Considere:

I. O agente que por meio de expiação se autolesiona pratica o crime de lesão corporal previsto no art. 129, do Código Penal.

II. O consumo de maconha em ambiente privado constitui crime, pois o comportamento põe em risco o bem protegido pelo art. 28 da Lei de Drogas (Lei no 11.343/2006).

III. A contravenção penal de exploração da credulidade pública mediante sortilégios, predição do futuro ou práticas congêneres não admite a punição pela ten-tativa.

IV. O sujeito ativo no delito de estupro, quando a fina-lidade for a conjunção carnal, poderá ser tanto o homem quanto a mulher. No entanto, nesse caso, o sujeito passivo, obrigatoriamente, deverá ser do sexo oposto, pressupondo uma relação heterossexual.

V. No furto mediante fraude (art. 155, § 2o, inc. II, CP) o agente emprega ardil, buscando retirar o bem da esfera de vigilância do possuidor.

Está correto o que se afirma APENAS em

(A) I e II.

(B) III e IV.

(C) III, IV e V.

(D) I, IV e V.

(E) II, III, IV e V.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

5. Configura o crime do art. 306 do Código de Trânsito Brasileiro conduzir veículo automotor, na via pública, estando

(A) com a concentração de álcool por litro de sangue igual ou superior a 1 (um) grama e 6 (seis) decigra-mas, ou sob a influência de qualquer outra substân-cia psicoativa que determine dependência.

(B) sob a influência de álcool ou substância de efeitos análogos, expondo a dano potencial a incolumidade de outrem.

(C) com a concentração de álcool por litro de sangue igual ou superior a 6 (seis) decigramas, ou sob a influência de qualquer outra substância psicoativa que determine dependência, expondo a dano poten-cial a incolumidade de outrem.

(D) com a concentração de álcool por litro de sangue igual ou superior a 1 (um) grama, ou sob a influên-cia de qualquer outra substância psicoativa que de-termine dependência, expondo a dano potencial a in-columidade de outrem.

(E) com a concentração de álcool por litro de sangue igual ou superior a 6 (seis) decigramas, ou sob a influência de qualquer outra substância psicoativa que determine dependência.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

6. Motorista que, em estacionamento, se apodera de veículo pertencente a terceiro supondo-o seu, em decorrência de absoluta semelhança entre os automóveis, incide em

(A) erro de proibição.

(B) erro de tipo.

(C) crime impossível.

(D) erro determinado por terceiro.

(E) erro na execução.

7. Em relação aos crimes, é INCORRETO afirmar:

(A) Nos crimes materiais, o tipo penal descreve a condu-ta e o resultado naturalístico exigido.

(B) Preterdoloso se diz o crime em que a totalidade do resultado representa um excesso de fim (isto é o agente quis um *minus* e ocorreu um *majus*), de mo-do que há uma conjugação de dolo (no antecedente) e de culpa (no subsequente).

(C) Crimes de mera conduta são de consumação anteci-pada.

(D) Crime progressivo ocorre quando, da conduta inicial que realiza um tipo de crime, o agente passa a ulte-rior atividade, realizando outro tipo de crime, de que aquele é etapa necessária ou elemento constitutivo.

(E) Nos crimes unissubsistentes, o processo executivo da ação ou a omissão prevista no verbo núcleo do ti-po consiste num só ato, coincidindo este, temporal-mente com a consumação.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

8. Considere:

I. Pratica delito de furto qualificado pela destreza (art. 155, § 4o, inc. II) sujeito que ingressa em casa alheia pelo telhado e de lá subtrai bens de seu proprietário.

II. O crime de roubo próprio previsto no caput, do art. 157, do Código Penal, se configura com a sub-tração da coisa sem grave ameaça ou violência, vindo o agente a empregá-las posteriormente contra a pessoa, com o fim de assegurar a impunidade do crime ou a detenção da coisa para si ou para terceiro.

III. O delito de quadrilha ou bando constitui crime de concurso necessário, pois o tipo penal exige no mí-nimo 3 (três) pessoas associadas com a finalidade de cometerem crimes.

IV. Pratica o crime de furto qualificado por fraude, o agente que se prontificando a ajudar a vítima a efe-tuar operação em caixa eletrônico subtrai o seu telefone celular sem que esta perceba.

V. O elemento subjetivo do delito de extorsão é o dolo, sendo prescindível o fim especial de agir.

Está correto o que se afirma APENAS em

(A) I.

(B) IV.

(C) I, II, IV e V.

(D) I e III.

(E) V.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

9. É correto afirmar:

(A) O crime de receptação é chamado de crime aces-sório ou parasitário, porque o seu reconhecimento depende da ocorrência de um crime anterior.

(B) Não configura crime impossível, por absoluta impro-priedade do objeto, a hipótese de furto em que a vítima não tem consigo qualquer bem ou valor a ser subtraído pelo agente.

(C) O agente que, voluntariamente, desiste de prosse-guir na execução do crime ou impede que o resulta-do se produza, só responde pelos atos já praticados, ocorrendo a hipótese de arrependimento posterior.

(D) Não se admite a aplicação do arrependimento poste-rior (art. 16, CP) no crime de furto qualificado pela destruição ou rompimento de obstáculo, em razão da violência empregada pelo agente na subtração.

(E) No tocante ao crime culposo, a culpa concorrente da vítima exclui a do acusado.

10. Considere:

I. No crime de extorsão mediante sequestro (art. 159, CP), a consumação do crime ocorre com o recebi-mento do preço do resgate.

II. O consentimento válido do ofendido exclui o delito de sequestro e cárcere privado (art. 148, CP).

III. O crime de extorsão (art. 158, CP) consuma-se in-dependentemente da obtenção da vantagem indevida.

IV. O crime de sequestro e cárcere privado (art. 148, CP) consuma-se quando o sujeito passivo fica privado de sua liberdade de locomoção.

V. O delito de extorsão mediante sequestro (art. 159, CP) é delito continuado, prolongando-se no tempo o seu momento consumativo.

Está correto o que se afirma APENAS em

(A) I e II.

(B) II, IV e V.

(C) I, III e V.

(D) II, III e V.

(E) II, III e IV.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

11. É correto afirmar:

(A) O crime tipificado como de assédio sexual (art. 216-A, CP) não pode ter como vítima o homem.

(B) O convivente que deixou, sem justa causa, de prover a subsistência do companheiro com quem viveu em união estável, não lhe proporcionando os recursos necessários, pratica o crime de abandono material (art. 244, CP).

(C) Não se pune o incêndio culposo (art. 250, § 2o, CP), salvo se é em edifício público.

(D) No crime de explosão (art. 251, CP), é dispensável para a consumação do crime a efetiva explosão, bastando que da ação do agente ocorra perigo con-creto à incolumidade pública.

(E) O estelionato (art. 171, caput, CP) é crime formal, que se consuma independentemente da efetiva obtenção de vantagem ilícita, bastando à sua consu-mação o emprego de artifício, ardil ou qualquer outro meio fraudulento.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

12. É INCORRETO afirmar:

(A) O Código Penal Brasileiro adotou a teoria da *actio libera in causa*.

(B) As leis temporárias e excepcionais são ultra-ativas.

(C) No crime de apropriação indébita, o dolo do agente é subsequente à posse do bem.

(D) O delito de lesão corporal seguida de morte, previsto no art. 129, § 3o, do Código Penal, contempla hipó-tese de crime preterdoloso.

(E) A imprudência, a negligência e a imperícia são mo-dalidades da culpa consciente.

13. É INCORRETO afirmar:

(A) Configura erro sobre a pessoa, a hipótese em que o agente, por erro de pontaria, ao invés de atingir a pessoa que pretendia ofender, atinge pessoa diversa.

(B)Nos termos do art. 21, do Código Penal, o desco-nhecimento da lei é inescusável. O erro sobre a ilicitude do fato, se evitável, pode diminuir a pena de um sexto a um terço.

(C) Na legítima defesa putativa, o agente supõe, por erro, situação de fato que se existisse tornaria a sua ação legítima.

(D) O excesso culposo na legítima defesa tanto pode ve-rificar-se na escolha dos meios, quanto na modera-ção de seu uso.

(E) Os crimes de rixa (art. 137, caput, CP), formação de quadrilha (art. 288, caput, CP) e associação ao tráfico de drogas (art. 35 da Lei no 11.343/2006) constituem crimes de concurso necessário.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

14. É INCORRETO afirmar:

(A) O crime de uso de documento falso (art. 304, CP) trata-se de delito unissubsistente, que não admite a forma tentada (art. 14, II, CP).

(B) O crime de falsidade ideológica (art. 299, do CP) comporta as modalidades comissiva e omissiva.

(C) No crime de falsificação de documento público (art. 297, CP), a forma do documento é verdadeira, mas seu conteúdo é falso.

(D) A substituição de fotografia em documento de identi-dade verdadeiro (cédula de identidade) pertencente a outrem, com intenção de falsificá-lo, configura o crime de falsificação de documento público (art. 297, CP).

(E) Quem, tendo recebido de boa-fé, como verdadeira, moeda falsa ou alterada, a restitui à circulação, de-pois de conhecer a falsidade, pratica o crime de moeda falsa na forma privilegiada (art. 289, § 2o, CP).

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

15. Agente que, mediante paga, fazendo uso de revólver mata a vítima e, após, para assegurar a ocultação e impunidade do crime, com uma faca esquarteja o cadáver e espalha as diversas partes do corpo por locais ermos variados pratica homicídio

(A) triplamente qualificado: art. 121, § 2o, inc. I (mediante paga), inc. III (com emprego de meio cruel) e inc. V (para assegurar a ocultação e impunidade de outro crime), do Código Penal.

(B) duplamente qualificado: art. 121, § 2o, inc. I (mediante paga) e inc. V (para assegurar a ocultação e im-punidade de outro crime), do Código Penal.

(C) qualificado: art. 121, § 2o, inc. I (mediante paga) em concurso material com o delito de destruição, subtração ou ocultação de cadáver (art. 211), do Código Penal.

(D) duplamente qualificado: art. 121, § 2o, Inc. I (mediante paga) e inc. III (com emprego de meio cruel) em concurso material com o delito de vilipêndio a cadáver (art. 212), do Código Penal.

(E) duplamente qualificado: art. 121, § 2o, inc. III (com emprego de meio cruel) e inc. V (para assegurar a ocul-tação e impunidade de outro crime) em concurso ma-terial com o crime de destruição, subtração ou oculta-ção de cadáver (art. 211), do Código Penal.

**Direito Processual Penal**

16. É correto afirmar:

(A) O prazo para o oferecimento da denúncia, como regra geral, é de 5 (cinco) dias se o réu estiver preso e de 15 (quinze) dias se estiver solto ou afiançado; tratando-se de crime de tráfico de entorpecentes descrito na Lei no 11.343/2006, o prazo é de 10 (dez) dias se o réu estiver preso e de 30 (trinta) dias se estiver solto.

(B) O prazo para o aditamento pelo Ministério Público da queixa oferecida na ação penal privada subsidiária é de 5 (cinco) dias.

(C) O número máximo de testemunhas a serem arrola-das na denúncia é 8 (oito) no procedimento ordinário e no procedimento relativo aos processos de compe-tência do Tribunal do Júri e 3 (três) no procedimento sumário.

(D) A descrição na denúncia de um fato típico acober-tado por uma causa de exclusão da antijuridicidade constitui razão suficiente para sua rejeição.

(E) A ausência de representação do ofendido, nas ações públicas condicionadas, não impede o oferecimento da denúncia, admitindo-se que a omissão seja suprida a qualquer tempo, antes da sentença final.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

17. É correto afirmar:

(A) O direito de queixa na ação penal privada subsidiária não se sujeita à decadência.

(B) O princípio da indivisibilidade não se aplica à ação penal privada exclusiva.

(C) A retratação da renúncia ao direito de queixa é pos-sível se ainda em curso o prazo decadencial.

(D) A atuação do órgão do Ministério Público, nas ações penais públicas condicionadas à representação do ofendido, não é regida pelo princípio da obrigatorie-dade.

(E) A extinção da pessoa jurídica querelante em ação penal privada exclusiva, na ausência de sucessor, é causa de perempção.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

18. É correto afirmar:

(A) A prisão em flagrante não é cabível nas infrações de menor potencial ofensivo, se o autor do fato assumir o compromisso de comparecer ao juizado especial criminal, e nos crimes de homicídio e lesão corporal culposos, se o agente prestar imediato e integral socorro à vítima.

(B) A prisão preventiva não pode ser decretada de ofício pelo juiz no inquérito policial, não é admissível em crimes culposos e pode ser substituída pela liberdade provisória se demonstrado por prova idônea que o indiciado ou acusado é maior de 80 anos de idade.

(C) A fiança não pode ser concedida sem a prévia oitiva do Ministério Público, pode ser prestada após a sentença condenatória e cassada no curso do processo se a inovação na classificação do delito a tornar incabível.

(D) A prisão temporária pode ser decretada pelo juiz de ofício ou em face de representação da autoridade policial ou requerimento do Ministério Público, caso em que prevê a lei o prazo de 48 (quarenta e oito) horas para a prolação da decisão.

(E) O comparecimento periódico em juízo, a suspensão do exercício de função pública ou de atividade de natureza econômica ou financeira, a internação provisória e a fiança incluem-se entre as medidas cautelares diversas da prisão.

19. A respeito das normas relativas à fixação da competência, contidas no Código de Processo Penal, considere:

I. A competência territorial será, de regra, determi-nada pelo lugar em que se consumar a infração ou, no caso de tentativa, pelo lugar em que for prati-cado o último ato de execução; não sendo este co-nhecido, regular-se-á pelo domicílio ou residência do réu e se este tiver mais de uma residência pela prevenção.

II. É relativa a nulidade decorrente da inobservância da competência firmada pela prevenção.

III. Excetuados os casos de competência do Tribunal do Júri, verificada a reunião dos processos por co-nexão ou continência, se o juiz, no processo de sua competência, proferir sentença absolutória ou des-classificatória da infração para outra que não se in-clua na sua competência, cessará a competência em relação aos demais processos, impondo-se a remessa dos autos ao juiz competente.

IV. Entre outras hipóteses, a competência será deter-minada pela continência quando duas ou mais pes-soas forem acusadas da mesma infração e nos ca-sos de concurso formal e crime continuado.

Está correto o que se afirma APENAS em

(A) I e II.

(B) I e III.

(C) II e III.

(D) II e IV.

(E) III e IV.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

20. Considerando as normas do Código de Processo Penal que regulam a produção das provas pericial e testemu-nhal, é INCORRETO afirmar:

(A) A faculdade de formular quesitos e indicar assistente técnico, na produção da prova pericial, é conferida ao Ministério Público, ao assistente de acusação, ao ofendido, ao querelante e ao acusado.

(B) A nomeação dos peritos, no exame pericial realizado por carta precatória, far-se-á no juízo deprecante; havendo, porém, no caso de ação privada, acordo entre as partes, essa nomeação poderá ser feita pelo juiz deprecado.

(C) A inquirição da testemunha ou do ofendido que es-teja preso pode ser realizada pelo sistema de vi-deoconferência.

(D) O ascendente, o descendente, o afim em linha reta, o cônjuge, o irmão e o pai, a mãe, ou o filho adotivo do acusado podem se recusar a depor como tes-temunhas.

(E) O defensor do acusado formulará as perguntas an-tes do Ministério Público na inquirição das testemu-nhas arroladas pela defesa no plenário do Tribunal do Júri.

21. Considerando a disciplina das nulidades processuais, contida no Código de Processo Penal, é INCORRETO afirmar:

(A) A nulidade por ilegitimidade do representante da par-te poderá ser a todo tempo sanada, independen-temente da ratificação dos atos processuais.

(B) Nenhum ato será declarado nulo, se da nulidade não resultar prejuízo para a acusação ou para a defesa.

(C) Os atos, cuja nulidade não tiver sido sanada, serão renovados ou retificados.

(D) É causa de nulidade a falta do recurso de ofício, nos casos em que a lei o tenha estabelecido.

(E) A falta ou a nulidade da citação, da intimação ou no-tificação estará sanada, desde que o interessado compareça, antes de o ato consumar-se, embora de-clare que o faz para o único fim de argui-la.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

22. Com relação aos procedimentos relativos aos processos de competência do Tribunal do Júri, é correto afirmar:

(A) Na audiência da instrução preliminar, o prazo para as alegações orais do Ministério Público é de 20 (vinte) minutos, independentemente do número de acusados.

(B) Na decisão de pronúncia, impõe-se ao juiz a especi-ficação das agravantes, causas de aumento de pena e circunstâncias qualificadoras.

(C) Oito é o número máximo de testemunhas a serem arroladas pelas partes para inquirição na sessão ple-nária de julgamento.

(D) Os jurados excluídos por impedimento, suspeição ou incompatibilidade serão considerados para a consti-tuição do número legal exigível para a realização da sessão de julgamento.

(E) Nos debates em plenário, o tempo destinado à acu-sação e à defesa será de uma hora e meia para ca-da, e de uma hora para a réplica e outro tanto para tréplica e, havendo mais de um acusado, os defen-sores combinarão entre si a distribuição do tempo, o qual, na falta de acordo, será dividido pelo juiz presi-dente de forma a não exceder aqueles prazos.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

23. É correto afirmar:

(A) O Código de Processo Penal não prevê a possibili-dade de impetração de habeas corpus pelo Minis-tério Público.

(B) O direito de recorrer da sentença que concede o mandado de segurança não se estende à autoridade coatora.

(C) Da decisão que denega a apelação cabe recurso em sentido estrito com efeito suspensivo.

(D) A carta testemunhável, como regra, tem efeito sus-pensivo.

(E) É vedado ao réu renunciar ao direto de apelar e ao Ministério Público desistir do recurso que tenha inter-posto.

24. É INCORRETO afirmar:

(A) A lei prevê a possibilidade de concessão do perdão judicial ao autor, coautor e partícipe colaboradores nos crimes de lavagem ou ocultação de bens, direi-tos e valores.

(B) A lei prevê que a identificação criminal de pessoas envolvidas em ações praticadas por organizações criminosas será realizada independentemente da identificação civil.

(C) A proteção oferecida pelo programa de proteção a vítimas e testemunhas ameaçadas terá a duração máxima de quatro anos, admitida, em circunstâncias excepcionais, a sua prorrogação.

(D) Por expressa disposição legal, são aplicáveis aos crimes relacionados com o tráfico de entorpecentes (arts. 33, capute § 1o, e 34 a 37 da Lei no 11.343/2006) as medidas de proteção a testemunhas e réu colaboradores previstas na Lei no 9.807/99.

(E) Entre as medidas protetivas de urgência previstas na Lei no 11.340/2006, que disciplina a repressão à violência doméstica e familiar contra a mulher, incluem-se a prestação de alimentos provisionais ou provisórios; a prestação de caução provisória por perdas e danos materiais decorrentes da prática da violência; a separação de corpos e o afastamento da ofendida do lar.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

25. É correto afirmar:

(A) Não estão obrigados ao trabalho os presos provi-sórios, os presos políticos e os presos com mais de 60 (sessenta) anos de idade.

(B) O trabalho externo é admissível somente para os presos em regime semiaberto.

(C) Admite-se a remição da pena pelo trabalho ou pela frequência a curso de ensino regular ou de educa-ção profissional para o condenado em regime aberto ou em livramento condicional.

(D) Compete ao diretor do estabelecimento penal a con-cessão de permissão de saída ao condenado em re-gime fechado.

(E) O juiz poderá, em caso de falta grave, revogar até 2/3 (dois terços) do tempo remido.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

26. Tratando-se de réu reincidente, condenado pelos crimes de tráfico internacional de pessoa para fim de exploração sexual praticado contra menor de 18 anos (art. 231, § 2o, inciso I, do Código Penal) e roubo qualificado pelo empre-go de arma (art. 157, § 2o, inciso I, do Código Penal), o tempo de cumprimento de pena exigido por lei para que possa ele ser promovido ao regime semiaberto e para ob-ter o livramento condicional é de

(A) 1/6 (um sexto) do total das penas para a progressão e 1/3 (um terço) para o livramento condicional.

(B) 1/6 (um sexto) do total das penas para a progressão e 1/2 (metade) do total das penas para o livramento condicional.

(C) 2/5 (dois quintos) da pena relativa ao tráfico interna-cional e 1/6 (um sexto) da pena relativa ao roubo para a progressão; 1/3 (um terço) da pena relativa ao trá-fico internacional e 1/2 (metade) da pena relativa ao roubo para o livramento condicional.

(D) 2/5 (dois quintos) do total das penas para a progres-são; 2/3 (dois terços) do total das penas para o livra-mento condicional.

(E) 3/5 (três quintos) da pena relativa ao tráfico inter-nacional e 1/6 (um sexto) da pena relativa ao roubo para a progressão; 2/3 (dois terços) do total das penas para o livramento condicional.

27. Considerando a disciplina do procedimento sumaríssimo, contida na Lei no 9.099/95, é correto afirmar:

(A) Consideram-se infrações penais de menor potencial ofensivo as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena mínima não superior a 2 (dois) anos, cumulada ou não com multa.

(B) A prévia composição dos danos civis homologada pelo juiz não impede a transação penal nos crimes de ação penal pública condicionada à representação do ofendido.

(C) Admite-se a suspensão condicional do processo nos crimes em que a pena mínima cominada para a in-fração for igual ou inferior a dois anos.

(D) Da decisão que rejeita a denúncia cabe recurso em sentido estrito e da sentença apelação.

(E) As partes serão intimadas pela imprensa da data da sessão de julgamento da apelação.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**Direito Civil**

28. No que tange às normas do Direito Brasileiro:

I. Salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o país trinta dias depois de oficialmente publicada.

II. As correções a texto de lei já em vigor consideram-se lei nova.

III. A lei do país em que domiciliada a pessoa deter-mina as regras sobre o começo e o fim da persona-lidade, o nome, a capacidade e os direitos de famí-lia.

IV. Só à autoridade judiciária brasileira compete conhe-cer das ações relativas a imóveis de estrangeiros situados no Brasil.

V. As leis, atos e sentenças de outro país, bem como quaisquer declarações de vontade, não terão eficá-cia no Brasil enquanto não homologadas pelo Su-perior Tribunal de Justiça.

Está correto o que se afirma APENAS em

(A) I, II, III e V.

(B) II, III e IV.

(C) III, IV e V.

(D) I, II, IV e V.

(E) I, II e III.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

29. Por se tratar de direito da personalidade, é defeso o ato de disposição do próprio corpo, quando importar diminuição permanente da integridade física, ou contrariar os bons costumes, salvo na seguinte hipótese:

(A) Em vida, com objetivo científico ou altruístico e de forma gratuita.

(B) Para se submeter, mediante exigência da família e com risco de vida, a tratamento médico ou a in-tervenção cirúrgica.

(C) Mediante escritura pública irrevogável.

(D) Independentemente de exigência médica, visando salvar a vida de ascendente, descendente, cônjuge ou irmão.

(E) Para fins de transplante, na forma estabelecida em lei especial.

30. São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil:

I. Os menores de 16 (dezesseis) anos.

II. Os que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para a prática desses atos.

III. Os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade.

IV. Os idosos internados em instituição de longa per-manência.

V. Os presos, em regime prisional fechado, após o trânsito em julgado da sentença penal condenatória.

Está correto o que se afirma APENAS em

(A) III e V.

(B) I, II e III.

(C) I, III e IV.

(D) II, IV e V.

(E) I, II, IV e V.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

31. Nos termos do Código de Defesa do Consumidor (Lei no 8.078/90), são direitos básicos do consumidor:

(A) A proteção da personalidade, da honra, da saúde e da segurança contra os riscos provocados por prá-ticas no fornecimento de produtos e serviços consi-derados perigosos ou nocivos.

(B) A informação adequada e clara sobre os produtos e serviços, com especificação do fornecedor e do pro-dutor da matéria-prima, inclusive do prazo de valida-de do bem perecível industrializado.

(C) A proteção contra a publicidade enganosa e abusiva, métodos comerciais coercitivos ou desleais, bem co-mo contra práticas e cláusulas abusivas ou impostas no fornecimento de produtos e serviços.

(D) A adequada e eficaz prestação dos serviços públicos em geral, a identificação do agente ou servidor público, a obtenção de *habeas data* e o direito de ingresso em todos os edifícios públicos que prestam serviços.

(E) A facilitação da defesa de seus direitos, com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo judicial e a assistência da Defensoria Pública, pois presumida a sua hipossuficiência.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

32. Contrato de adesão é aquele

(A) cujas cláusulas tenham sido aprovadas pela autori-dade competente ou estabelecidas unilateralmente pelo fornecedor de produtos ou serviços, sem que o consumidor possa discutir ou modificar substancial-mente seu conteúdo.

(B) em que todas as cláusulas deverão ser redigidas com destaque, permitindo sua imediata e fácil compreensão.

(C) em que as partes contratantes negociam cada uma das cláusulas contratuais isoladas e somente aderem àquelas onde houve consenso.

(D) em que sempre deve haver cláusula resolutória, com o intuito de resguardar o equilíbrio contratual na rela-ção de consumo.

(E) escrito e redigido em termos claros e com caracteres ostensivos e legíveis, cujo tamanho da fonte modelo e da fonte das cláusulas que impliquem limitação de direito do consumidor não serão inferiores ao corpo doze, de modo a facilitar a leitura.

33. A Lei de Registros Públicos (Lei no 6.015/73) estabelece que, apresentado o título ao registro imobiliário, o oficial, havendo exigência a ser satisfeita, a indicará por escrito. O apresentante do título, não se conformando com a exigência do oficial ou não a podendo satisfazer, reque-rerá que o oficial suscite a dúvida imobiliária para o juiz di-rimi-la, obedecendo-se o seguinte:

I. No Protocolo, anotará o oficial, à margem da preno-tação, a ocorrência da dúvida.

II. O oficial dará ciência dos termos da dúvida ao apre-sentante, fornecendo-lhe cópia da suscitação e no-tificando-o para impugná-la no próprio cartório de registro de imóveis, no prazo de 15 (quinze) dias, remetendo-se, em seguida, os autos ao juiz.

III. Impugnada a dúvida com os documentos que o in-teressado apresentar, será ouvido o Ministério Pú-blico, no prazo de 10 (dez) dias.

IV. Da sentença, poderão interpor apelação, com os efeitos devolutivo e suspensivo, o oficial do cartório de registro, o interessado, o Ministério Público e o terceiro prejudicado.

V. Transitada em julgado a decisão da dúvida, se for julgada procedente, os documentos serão devol-vidos ao apresentante, dando-se ciência da decisão ao oficial, para que a consigne no Protocolo e can-cele a Prenotação; se for julgada improcedente, o interessado apresentará, de novo, o título, com o respectivo mandado judicial, para que o oficial pro-ceda ao registro anteriormente negado.

Está correto o que se afirma APENAS em

(A) II, IV e V.

(B) I, III, IV e V.

(C) I, II e III.

(D) I, III e V.

(E) III, IV e V.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

34. Violado o direito, nasce para o titular a pretensão, a qual se extingue, pela prescrição, nos prazos do Código Civil. NÃO corre a prescrição

(A) entre tutelados e curatelados e seus tutores e cura-dores; entre ascendentes e descendentes, na linha reta e colateral e contra ausentes do País em razão de trabalho.

(B) contra os que se acharem servindo nas Forças Ar-madas; entre os cônjuges e companheiros de união estável e entre os tutelados e seus tutores durante a menoridade civil.

(C) entre os cônjuges, na constância da sociedade con-jugal; entre ascendentes e descendentes, durante o poder familiar e contra os absolutamente incapazes.

(D) pendendo condição suspensiva, não estando venci-do o prazo e entre os curatelados e seus curadores durante a menoridade civil do curatelado.

(E) por acordo das partes maiores e capazes; contra os sucessores da pessoa contra qual corria a prescri-ção enquanto não aberta a sucessão e entre os côn-juges.

35. Pelo casamento, homem e mulher assumem mutuamente a condição de consortes, companheiros e responsáveis pelos encargos da família. Em relação à eficácia do ca-samento, é correto afirmar:

(A) Qualquer dos nubentes, com a autorização expressa do outro, poderá acrescer ao seu o sobrenome do outro.

(B) A direção da sociedade conjugal será exercida pelo marido, com a colaboração da mulher, sempre no interesse do casal e dos filhos.

(C) São deveres do cônjuge virago: o planejamento fa-miliar, a escolha do domicílio do casal, a educação dos filhos e a administração dos bens do casal.

(D) Se qualquer dos cônjuges estiver encarcerado por mais de 180 (cento e oitenta) dias, o outro requererá ao juiz alvará para exercer, com exclusividade, a di-reção da família e a administração dos bens do ca-sal.

(E) Os cônjuges são obrigados a concorrer, na propor-ção de seus bens e dos rendimentos do trabalho, para o sustento da família e a educação dos filhos, qualquer que seja o regime patrimonial.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

36. Em direito das sucessões, constitui a legítima:

(A) Na metade dos bens da herança pertencente aos herdeiros necessários.

(B) No legado recebido, pelo herdeiro necessário, da parte disponível dos bens do testador.

(C) Na ordem ocupada pelo cônjuge sobrevivente na su-cessão legítima.

(D) No direito do herdeiro, em ação de petição de heran-ça, demandar o reconhecimento de seu direito su-cessório.

(E) Na exclusão da sucessão do herdeiro ou legatário declarado, por sentença, indigno.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

37. As medidas específicas de proteção são aplicáveis sem-pre que os direitos reconhecidos no Estatuto do Idoso (Lei no 10.741/2003) forem ameaçados ou violados:

I. Por ação ou omissão da sociedade ou do Estado.

II. Em razão da aplicação das medidas sócioeducati-vas.

III. Por falta, omissão ou abuso da família, curador ou entidade de atendimento.

IV. Em razão de sentença penal condenatória.

V. Em razão da condição pessoal do idoso.

Está correto o que se afirma APENAS em

(A) II, III e IV.

(B) I, II e IV.

(C) III, IV e V.

(D) I, II e V.

(E) I, III e V.

**Direito Processual Civil**

38. Numa ação civil pública que tenha por objeto a condenação de loteador no cumprimento de obrigações de fazer e não fazer, e indenização por danos ambientais, quando a gleba se situa em diferentes Estados vizinhos, a competência é

(A) da Justiça Federal e o juízo competente será determinado junto à seção judiciária ou comarca em que tramitou o inquérito civil.

(B) de foro e será determinada pela prevenção, isto é, pelo juízo em que se der a citação válida.

(C) territorial e será determinada pela prevenção, isto é, pelo juízo que despachar a inicial em primeiro lugar.

(D) relativa e será determinada pelo foro do domicílio do réu.

(E) relativa e será determinada pelo lugar em que se situar a maior parte do loteamento irregular.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

39. A propósito do Ministério Público no Direito Processual Civil, é correto afirmar:

(A) Cabe ao Ministério Público exercer o direito de ação nos casos previstos em lei, militando em seu favor a inversão do ônus da prova.

(B) Nas causas em que a intervenção do Ministério Público se dá como fiscal da lei, não lhe é permitido aditar a inicial ou produzir prova em audiência, em razão do princípio dispositivo do processo.

(C) Quando a lei considerar obrigatória a intervenção do Ministério Público, deixando de se manifestar, quan-do intimado, haverá nulidade do processo.

(D) Cabe ao Ministério Público intervir nas causas que envolvam litígios coletivos pela posse da terra rural, como nas causas em que haja interesse público demonstrado pela qualidade da parte.

(E) Intervindo como fiscal da lei, o órgão do Ministério Público terá vista dos autos depois das partes não sendo necessária sua intimação dos atos das partes.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

40. No processo civil, o promotor de justiça, no Estado de São Paulo, além de agravo de instrumento, pode interpor

(A) embargos de declaração e apelação.

(B) embargos infringentes e apelação.

(C) mandado de segurança e apelação.

(D) apelação e recurso especial.

(E) apelação e recurso extraordinário.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

41. É correto afirmar:

(A) O pedido será alternativo quando o juiz não podendo acolher o pedido principal possa conhecer do posterior.

(B) É lícito formular pedido genérico na ação civil pública que tenha por objeto indenização por danos ambien-tais.

(C) Não cabe ação cominatória para compelir-se o réu a cumprir obrigação de dar.

(D) Não é permitida a cumulação de vários pedidos, num único processo, contra o mesmo réu se o tipo de procedimento não for adequado para todos eles.

(E) É lícito formular pedido genérico quando, pela na-tureza da obrigação, o devedor puder cumprir a prestação de mais de um modo.

42. É INCORRETO afirmar:

(A) A prova pericial consiste em exame, vistoria ou avaliação.

(B) Quando a natureza do fato o permitir, a perícia po-derá consistir apenas na inquirição pelo juiz do perito e dos assistentes.

(C) O perito e os assistentes técnicos estão sujeitos a impedimento e suspeição.

(D) O perito e os assistentes técnicos podem, para o de-sempenho de sua função, ouvir testemunhas e so-licitar documentos em poder das partes.

(E) Os peritos serão escolhidos entre profissionais de ní-vel universitário devidamente inscritos no órgão de classe competente que deverão comprovar sua es-pecialidade na matéria.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

43. Considere as seguintes proposições:

I. A sentença de interdição produz efeito desde logo, embora sujeita a apelação, e invalida os atos prati-cados pelo interdito antes de sua prolação.

II. A sentença é ineficaz para o litisconsorte necessá-rio não citado para o processo, mas se transitada em julgado produz efeitos para as partes.

III. A sentença que declara a extinção da execução não é sujeita a apelação quando o devedor satisfaz a obrigação ou quando tiver havido transação ou remissão da dívida.

IV. A sentença no processo falimentar está sujeita a re-curso de agravo de instrumento, mas quando julga improcedente o pedido se sujeita a apelação.

Está correto o que se afirma APENAS em

(A) I e II.

(B) II e III.

(C) II e IV.

(D) I e IV.

(E) I e III.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

44. Em relação à Coisa Julgada, é INCORRETO afirmar:

(A) Faz coisa julgada a resolução da questão prejudicial bastando se constituir em pressuposto necessário para o julgamento da lide.

(B) Denomina-se coisa julgada material a eficácia, que torna imutável e indiscutível a sentença não mais sujeita a recurso ordinário ou extraordinário.

(C) Não fazem coisa julgada os motivos ainda que im-portantes para determinar o alcance da parte dispo-sitiva da sentença e a verdade dos fatos admitida como fundamento da sentença.

(D) A sentença que julgar total ou parcialmente a lide tem força de lei nos limites da lide e das questões decididas.

(E) Nenhum juiz decidirá novamente as questões já de-cididas, relativas à mesma lide salvo quando sobre-vier modificação no estado de fato ou de direito nas relações jurídicas continuativas.

45. Em relação à alienação parental, é correto afirmar:

(A) São partes legítimas para o ajuizamento da ação de alienação parental o Ministério Público, a Defensoria Pública e o Conselho Tutelar.

(B) No processo de apuração de indício da prática de ato de alienação parental vigora inteiramente o prin-cípio dispositivo.

(C) O juiz poderá, segundo a gravidade do caso, decla-rar a extinção da autoridade parental.

(D) Em qualquer ação, autônoma ou incidental, e a qual-quer momento processual, poderá ser determinada perícia psicológica ou biopsicossocial, para a apura-ção de ato de alienação parental.

(E) A alteração de domicílio da criança ou adolescente é determinante da competência relacionada às ações fundadas em direito de convivência familiar.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

46. Quanto ao mandado de segurança, é correto afirmar:

(A) Quando a matéria de direito for controvertida não ca-be mandado de segurança, pois não há direito líqui-do e certo.

(B) Quando o direito ameaçado ou violado couber a vá-rias pessoas, será caso de mandado de segurança coletivo.

(C) No mandado de segurança coletivo, a sentença fará coisa julgada *erga omnes*.

(D) Não se aplica ao mandado de segurança coletivo o prazo decadencial de 120 dias.

(E) É cabível mandado de segurança coletivo para pro-teção de direitos individuais homogêneos.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

47. A propósito da organização e fiscalização das fundações, é INCORRETO afirmar:

(A) O instituidor, ao criar a fundação, deve elaborar o seu estatuto ou designar quem o faça, sujeitando-o a controle jurisdicional mediante procedimento espe-cial de jurisdição voluntária.

(B) O estatuto deverá ser submetido ao órgão do Minis-tério Público, a quem compete sua aprovação, para que verifique se foram observadas as bases da fun-dação e se os bens são suficientes ao fim a que ela se destina.

(C) O órgão do Ministério Público terá o prazo de 15 (quinze) dias para aprovar o estatuto, indicar as mo-dificações que entender necessárias ou lhe denegar a aprovação.

(D) Caso seja denegada a aprovação do estatuto pelo órgão do Ministério Público pode o interessado, em petição fundamentada, requerer ao juiz o suprimento da aprovação.

(E) Quando o instituidor não fizer o estatuto nem no-mear quem o faça, caberá ao órgão do Ministério Público elaborá-lo, submetendo-o à aprovação pelo Conselho Superior do Ministério Público.

**Direito Constitucional**

48. Em observância à inviolabilidade das comunicações tele-fônicas, prevista no inciso XII, do artigo 5o da Constitui-ção Federal, a interceptação telefônica dependerá de or-dem judicial expedida pelo juiz competente para a ação principal, em decisão devidamente fundamentada que de-monstre sua conveniência e indispensabilidade para fins de

(A) investigação criminal, instrução processual penal ou inquérito civil para apuração de ato de improbidade administrativa, indicando o juiz a forma de execução da diligência, que não poderá exceder o prazo de 15 (quinze) dias, renovável por igual tempo, sempre mediante decisões judiciais fundamentadas.

(B) investigação criminal ou instrução processual penal, indicando o juiz a forma de execução da diligência, que não poderá exceder o prazo de 15 (quinze) dias, renovável por igual tempo, sempre mediante deci-sões judiciais fundamentadas.

(C) investigação criminal, instrução processual penal ou inquérito civil para apuração de ato de improbidade administrativa, indicando o juiz a forma de execução da diligência, que não poderá exceder o prazo de 15 (quinze) dias, improrrogável.

(D) investigação criminal ou instrução processual penal, indicando o juiz a forma de execução da diligência, que não poderá exceder o prazo de 15 (quinze) dias, improrrogável.

(E) inquérito policial, instrução processual penal ou in-quérito civil para apuração de ato de improbidade administrativa, indicando o juiz a forma de execução da diligência, que não poderá exceder o prazo de 15 (quinze) dias, renovável por igual tempo, sempre mediante decisões judiciais fundamentadas.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

49. A regra da reeleição no Brasil para chefia do Executivo Municipal estabelece que é

(A) elegível o Prefeito que, após exercer dois mandatos em determinado Município, renuncia seis meses an-tes da eleição e pretende se candidatar a Vice-Pre-feito do mesmo Município.

(B) inelegível, para o mandato subsequente de Prefeito, o vice-prefeito que, durante seus dois mandatos substituiu diversas vezes o titular em suas ausências temporárias.

(C) elegível o Prefeito que, tendo sido eleito como vice-prefeito e assumido o cargo pela morte do titular, foi eleito para um novo mandato subsequente e preten-de se candidatar a Prefeito do mesmo Município.

(D) inelegível o Prefeito que, após exercer dois manda-tos em determinado Município, renuncia seis meses antes da eleição e pretende se candidatar a Prefeito em outro Município.

(E) elegível o Prefeito que, após exercer dois mandatos em determinado Município, renuncia seis meses an-tes da eleição e pretende se candidatar a Prefeito no mesmo Município.

50. É garantia institucional dos Ministérios Públicos estaduais, visando a sua independência de atuação, o modo de nomeação e destituição do Procurador-Geral de Justiça, que será nomeado

(A) pelo Chefe do Poder Executivo, a partir de escolha em lista tríplice composta por integrantes da carreira, na forma da lei respectiva, para mandato de dois anos, permitidas reconduções sucessivas, e que so-mente poderá ser destituído por deliberação da maioria absoluta do Poder Legislativo, na forma da lei complementar respectiva.

(B) livremente pelo Chefe do Poder Executivo, dentre in-tegrantes da carreira, para mandato de dois anos, permitida uma recondução e que somente poderá ser destituído por deliberação da maioria absoluta do Poder Legislativo, na forma da lei complementar res-pectiva.

(C) pelo Chefe do Poder Executivo, a partir de escolha em lista tríplice composta por integrantes da carreira, na forma da lei respectiva, para mandato de dois anos, permitida uma recondução, e que somente po-derá ser destituído por deliberação da maioria abso-luta do Poder Legislativo, na forma da lei comple-mentar respectiva.

(D) livremente pelo Chefe do Poder Executivo, dentre integrantes da carreira, para mandato de dois anos, permitidas reconduções sucessivas, e que somente poderá ser destituído por deliberação de 3/5 (três quintos) do Poder Legislativo, na forma da lei com-plementar respectiva.

(E) pelo Chefe do Poder Executivo, a partir de escolha em lista tríplice composta por integrantes da carreira, na forma da lei respectiva, para mandato de dois anos, permitida uma recondução, e que somente po-derá ser destituído por deliberação de 3/5 (três quintos) do Poder Legislativo, na forma da lei com-plementar respectiva.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

51. Em relação à legitimidade para propositura de ação direta de inconstitucionalidade, o Supremo Tribunal Federal exi-ge a comprovação da presença de pertinência temática, por parte dos seguintes co-legitimados:

(A) Mesa da Assembleia Legislativa ou da Câmara Le-gislativa do Distrito Federal, Governador do Estado ou do Distrito Federal e Partidos Políticos com repre-sentação no Congresso Nacional.

(B) Mesa da Câmara dos Deputados, Mesa do Senado Federal, Mesa da Assembleia Legislativa ou da Câ-mara Legislativa do Distrito Federal e confederações sindicais ou entidades de classe de âmbito nacional.

(C) Mesa da Assembleia Legislativa ou da Câmara Le-gislativa do Distrito Federal, Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil e confederações sindicais ou entidades de classe de âmbito nacional.

(D) Mesa da Câmara dos Deputados, Mesa do Senado Federal, Mesa da Assembleia Legislativa ou da Câ-mara Legislativa do Distrito Federal e Partidos Políti-cos com representação no Congresso Nacional.

(E) Mesa da Assembleia Legislativa ou da Câmara Le-gislativa do Distrito Federal, Governador do Estado ou do Distrito Federal e confederações sindicais ou entidades de classe de âmbito nacional.

52. Em 11 de dezembro de 2011, foram realizados dois ple-biscitos no Estado do Pará com consultas para que se decidisse sobre a criação ou não dos novos Estados de Carajás e Tapajós, a serem formados a partir de desmem-bramento territorial do Estado do Pará. Sobre a previsão constitucional para criação de novos Estados, a consulta prévia às populações diretamente interessadas, por meio de plebiscito, deve ser realizada com os

(A) eleitores diretamente interessados, considerados co-mo tais os eleitores das localidades que pretendam se desmembrar.

(B) habitantes diretamente interessados, considerados como tais os habitantes do Estado.

(C) eleitores diretamente interessados, considerados co-mo tais todos os eleitores do País.

(D) eleitores diretamente interessados, considerados co-mo tais os eleitores do Estado.

(E) habitantes diretamente interessados, considerados como tais os habitantes das localidades que preten-dam se desmembrar.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

53. São inadmissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos. Elas são

(A) nulas e contaminam as demais provas delas decor-rentes, de acordo com a teoria dos *frutos da árvore envenenada*, acarretando a nulidade do processo, em respeito ao princípio constitucional do devido processo legal.

(B) anuláveis e podem ser desentranhadas dos autos, a critério do juiz, porém não contaminam as demais provas delas decorrentes, em virtude da incomunica-bilidade da ilicitude.

(C) nulas e contaminam todas as demais provas do pro-cesso, de acordo com a teoria dos *frutos da árvore envenenada*, não tendo, porém, o condão de anular o processo.

(D) anuláveis e podem ser desentranhadas dos autos e contaminar as demais provas delas decorrentes, a critério do juiz, permanecendo válidas as provas líci-tas e autônomas.

(E) nulas e contaminam as demais provas delas decor-rentes, de acordo com a teoria dos *frutos da árvore envenenada*, não tendo, porém, o condão de anular o processo, permanecendo válidas as demais pro-vas lícitas e autônomas.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

54. A EC no 45/04 estabeleceu o Conselho Nacional de Justi-ça, sobre a Presidência do Presidente do Supremo Tribu-nal Federal, com sede na Capital Federal, como órgão

(A) de cúpula administrativa do Poder Judiciário, com funções administrativas e jurisdicionais, composto por 15 membros, cuja maioria é formada por mem-bros do Poder Judiciário.

(B) externo de fiscalização administrativa do Poder Judi-ciário, com funções administrativas, composto por 15 membros, cuja maioria é formada por membros indicados pelos Poderes Executivo e Legislativo.

(C) de cúpula administrativa do Poder Judiciário, com fun-ções administrativas, composto por 15 membros, cuja maioria é formada por membros do Poder Judiciário.

(D) externo de fiscalização administrativa do Poder Judi-ciário, com funções administrativas, composto por 15 membros, cuja maioria é formada por membros do Poder Judiciário.

(E) externo de fiscalização administrativa do Poder Judi-ciário, com funções administrativas e jurisdicionais, composto por 15 membros, cuja maioria é formada por membros do Poder Judiciário.

55. A decisão do Supremo Tribunal Federal em relação aos li-mites temporais dos efeitos da declaração de inconstitu-cionalidade no controle concentrado ou abstrato brasileiro, em regra, terá efeitos

(A) não retroativos (*ex nunc*), uma vez que necessário garantir-se a segurança jurídica, comportando, po-rém, a modulação dos efeitos para admitir a pros-pecção dos efeitos com fixação de prazo para que o Congresso Nacional edite nova norma, que revogará aquela declarada inconstitucional (“*apelo ao legisla-dor*”), desde que por decisão de dois terços dos membros do STF, presentes razões de segurança jurídica ou de excepcional interesse social.

(B) retroativos (*ex tunc*), uma vez que os atos incons-titucionais são nulos e, portanto, destituídos de qual-quer carga de eficácia jurídica, comportando, porém, a modulação dos efeitos da decisão, inclusive para admitir a prospecção dos efeitos com fixação de prazo para que o Congresso Nacional edite nova norma, que revogará aquela declarada inconstitucional (“*apelo ao legislador*”), desde que por decisão de dois terços dos membros do STF, presentes razões de segurança jurídica ou de excepcional interesse social.

(C) não retroativos (*ex nunc*), uma vez que necessário garantir-se a segurança jurídica, comportando, po-rém, a modulação dos efeitos da decisão, inclusive para admitir a prospecção dos efeitos com fixação de prazo para que o Congresso Nacional edite nova norma, que revogará aquela declarada inconstitucio-nal (“*apelo ao legislador*”), desde que por decisão de maioria absoluta dos membros do STF, presentes razões de segurança jurídica ou de excepcional inte-resse social.

(D) retroativos (*ex tunc*), uma vez que os atos inconstitu-cionais são nulos e, portanto, destituídos de qual-quer carga de eficácia jurídica, comportando, so-mente, a modulação dos efeitos da decisão para ad-mitir a não retroatividade da decisão da Corte, desde que por maioria absoluta dos membros do STF, pre-sentes razões de segurança jurídica ou de excepcio-nal interesse social.

(E) não retroativos (*ex nunc*) ou retroativos (*ex tunc*), desde que fixados por decisão de dois terços dos membros do STF, presentes razões de segurança jurídica ou de excepcional interesse social, compor-tando, porém, a modulação dos efeitos da decisão, inclusive para admitir a prospecção dos efeitos com fixação de prazo para que o Congresso Nacional edite nova norma, que revogará aquela declarada in-constitucional (“*apelo ao legislador*”).

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

56. A Constituição Federal define a família como base da sociedade, garantindo ser reconhecida

(A) a união estável entre o homem e a mulher e a união de pessoas do mesmo sexo como entidade familiar apta a merecer proteção estatal como sinônimo de família.

(B) a união estável somente entre o homem e a mulher como entidade familiar apta a merecer proteção es-tatal, como sinônimo de família.

(C) como entidade familiar a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes, excluindo-se uniões de pessoas do mesmo sexo.

(D) a união estável entre pessoas do mesmo sexo, além da união estável entre homem e a mulher, apta a merecer proteção estatal, porém não como entidade familiar, nem como sinônimo de família.

(E) como entidade familiar somente a comunidade for-mada pelo homem e pela mulher e seus descen-dentes.

57. A Constituição Federal, ao consagrar a inviolabilidade de crença religiosa está também assegurando a proteção

(A) plena à liberdade de culto e as suas liturgias, desde que haja prévia autorização estatal para a realização de atividades em público, na forma e nos termos previstos em lei.

(B) à liberdade de culto e as suas liturgias, na forma e nos termos previstos em lei.

(C) plena à liberdade de culto católico e as suas litur-gias, permitindo, porém, que todas as demais reli-giões realizem seus cultos domésticos ou particula-res sem necessidade de expressa autorização.

(D) plena à liberdade de culto e as suas liturgias, bem como o direito de não acreditar ou professar nenhuma fé, devendo o Estado respeito ao ateísmo.

(E) à liberdade de culto e as suas liturgias, desde que haja reconhecimento da existência do monoteísmo, na forma e nos termos previstos em lei.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

58. Em relação ao controle de constitucionalidade no Brasil, é correto afirmar:

(A) A ideia básica de controle de constitucionalidade es-tá ligada à Supremacia da Constituição sobre todo o ordenamento jurídico interno, excetuando os Tra-tados Internacionais devidamente incorporados, e, também, à de rigidez constitucional e proteção dos direitos fundamentais.

(B) No controle abstrato de constitucionalidade, o Supre-mo Tribunal Federal fica condicionado ao pedido, porém não a causa de pedir, ou seja, analisará a constitucionalidade dos dispositivos legais apon-tados pelo autor, porém poderá declará-los inconsti-tucionais por fundamentação jurídica diferenciada, não estando adstrito aos fundamentos invocados pe-lo autor, podendo declarar a inconstitucionalidade por fundamentos diversos dos expedidos na inicial.

(C) O controle preventivo de constitucionalidade exer-cido pelo Supremo Tribunal Federal, por provocação do Presidente da República, Presidente do Senado Federal ou Presidente da Câmara dos Deputados, pretende impedir que proposta de emenda constitu-cional ou projeto de lei maculados pela eiva de in-constitucionalidade ingressem no ordenamento ju-rídico.

(D) A Constituição Federal prevê a possibilidade de edi-ção de súmulas vinculantes pela maioria absoluta dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, de ofício ou por provocação de qualquer dos co-legitimados para a propositura da ação direta de inconstituciona-lidade, sempre tendo por objeto a validade, a inter-pretação e a eficácia de normas determinadas, des-de que exista controvérsia atual entre órgãos judiciá-rios ou entre esses e a administração pública que acarrete grave insegurança jurídica e relevante mul-tiplicidade de processos sobre questão idêntica.

(E) A figura do *amicus curiae* ou “amigo da Corte”, cuja função primordial é juntar aos autos parecer ou infor-mações com o intuito de trazer à colação considera-ções importantes sobre a matéria de direito a ser discutida pelo Supremo Tribunal Federal, bem como acerca dos reflexos de eventual decisão sobre a in-constitucionalidade ou constitucionalidade da espé-cie normativa impugnada pode ser admitida a qualquer tempo, antes do julgamento final, exigindo a maioria de 2/3 dos membros do STF.

59. Em relação às imunidades parlamentares, é correto afir-mar que a imunidade

(A) material exige relação entre as condutas praticadas pelo parlamentar e o exercício do mandato, tornando-o inviolável pelas palavras, votos e opiniões de-correntes do desempenho das funções parlamen-tares e possuem eficácia temporal permanente ou perpétua, pois pressupondo a inexistência da infra-ção penal ou ilícito civil, mesmo após o fim da legis-latura, o parlamentar não poderá ser investigado, in-criminado ou responsabilizado pelos fatos anteriores.

(B) processual parlamentar, a partir da EC 35/01, deter-mina que recebida à denúncia contra Senador ou Deputado, por crime ocorrido após a diplomação, o Supremo Tribunal Federal dará ciência à Casa res-pectiva, solicitando prévia licença para dar continui-dade ao processo, que poderá ser concedida por maioria absoluta dos membros da Casa Parlamentar.

(C) material exige que as condutas praticadas pelo par-lamentar no exercício do mandato sejam realizadas nas comissões ou no plenário do Congresso Nacio-nal, tornando-o inviolável pelas palavras, votos e opi-niões decorrentes do desempenho das funções par-lamentares e possui eficácia temporal permanente ou perpétua, pois pressupondo a inexistência da infração penal ou ilícito civil, mesmo após o fim da legislatura, o parlamentar não poderá ser investigado, incriminado ou responsabilizado pelos fatos anteriores.

(D) processual parlamentar, a partir da EC 35/01, deter-mina que recebida à denúncia contra Senador ou Deputado, por crime ocorrido antes da diplomação, o Supremo Tribunal Federal dará ciência à Casa res-pectiva, que, por iniciativa de partido político nela re-presentado e pelo voto da maioria de seus membros, poderá, até decisão final, sustar o andamento da ação.

(E) material exige relação entre as condutas praticadas pelo parlamentar e o exercício do mandato, tornan-do-o inviolável pelas palavras, votos e opiniões de-correntes do desempenho das funções parlamen-tares e possuem eficácia temporal limitada, pois, após o fim da legislatura, o parlamentar poderá ser investigado, incriminado ou responsabilizado pelos fatos anteriores.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**Direito da Infância e da Juventude**

60. O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei no 8.069/90) e o Estatuto do Idoso (Lei no 10.741/2003) destinam-se a regular os direitos assegurados à criança, considerando-se a pessoa até

(A) doze anos de idade incompletos; ao adolescente, considerando-se a pessoa entre doze e dezoito anos de idade e às pessoas idosas com idade igual ou su-perior a sessenta anos.

(B) doze anos de idade incompletos; ao adolescente, considerando-se a pessoa entre doze e vinte e um anos de idade e às pessoas idosas com idade igual ou superior a sessenta anos.

(C) doze anos de idade; ao adolescente, considerando-se a pessoa entre doze e dezoito anos de idade e às pessoas idosas com idade igual ou superior a ses-senta e cinco anos.

(D) doze anos de idade incompletos; ao adolescente, considerando-se a pessoa entre doze e dezoito anos de idade e às pessoas idosas com idade superior a sessenta e cinco anos.

(E) dezesseis anos de idade incompletos; ao adolescen-te, considerando-se a pessoa entre dezesseis e vin-te e um anos de idade e às pessoas idosas com ida-de superior a sessenta anos.

61. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho. A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. Em relação à educação es-pecial, considere:

I. É modalidade de educação escolar, oferecida pre-ferencialmente na rede regular de ensino, para edu-candos portadores de necessidades especiais.

II. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais terminalidade específi-ca para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados.

III. A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil.

IV. As famílias poderão optar pelo atendimento da criança e do adolescente com necessidades espe-ciais em classes, escolas ou serviços especiali-zados, diversos das classes comuns de ensino re-gular.

Está correto o que se afirma em

(A) I, II, III e IV.

(B) I, II e III, apenas.

(C) II, III e IV, apenas.

(D) I e IV, apenas.

(E) II e IV, apenas.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

62. A colocação em família substituta, além da tutela, far-se-á mediante

(A) guarda, curatela ou adoção.

(B) guarda compartilhada.

(C) guarda, ou adoção.

(D) curatela ou adoção.

(E) curatela especial.

63. As entidades de atendimento da criança e do adolescente, governamentais e não governamentais, serão fiscalizadas pelo Judiciário, pelo Ministério Público e pelos Conselhos Tutelares. Nos termos do Estatuto da Criança e do Ado-lescente (Lei no 8.069/90), são medidas aplicáveis às entidades de atendimento que descumprirem obrigações nele contidas:

I. Às entidades governamentais: advertência, afasta-mento provisório de seus dirigentes, afastamento definitivo de seus dirigentes e fechamento de unida-de ou interdição de programa.

II. Às entidades não governamentais: advertência, sus-pensão total ou parcial do repasse de verbas pú-blicas, interdição de unidades ou suspensão de pro-grama e cassação do registro.

III. Às entidades governamentais: afastamento provisó-rio de seus dirigentes, afastamento definitivo de seus dirigentes, intervenção administrativa e fechamento de unidade ou interdição de programa.

IV. Às entidades não governamentais: advertência, sus-pensão total ou parcial do repasse de verbas públi-cas, interdição de unidades ou suspensão de progra-ma e intervenção administrativa.

Está correto o que se afirma APENAS em

(A) III e IV.

(B) I e IV.

(C) IV.

(D) II e III.

(E) I e II.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

64. Na apuração de Ato Infracional, o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei no 8.069/90) estabelece formas de remissão. Dentre elas, a concedida

(A) pelo Juiz, como forma de suspensão ou extinção do processo e a concedida pelo Ministério Público, como forma de exclusão do processo.

(B) somente pelo Ministério Público, como forma de extinção do processo, e homologada pelo Juiz.

(C) somente pelo Juiz, como forma de exclusão, sus-pensão ou extinção do processo, ouvindo-se previa-mente o Ministério Público.

(D) pelo Juiz, como forma de suspensão do processo, e a concedida pelo Ministério Público, como forma de extinção do processo.

(E) somente pelo Ministério Público, como forma de ex-clusão do processo, independentemente de homolo-gação do Juiz.

65. A medida socioeducativa de internação só poderá ser apli-cada quando se tratar de ato infracional cometido por

(A) adolescente, mediante grave ameaça ou violência à pessoa ou equiparável a crime hediondo.

(B) criança ou adolescente, mediante grave ameaça ou violência à pessoa, por reiteração no cometimento de outras infrações graves e por descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente im-posta.

(C) criança ou adolescente, mediante grave ameaça ou violência à pessoa ou equiparável a crime hediondo.

(D) adolescente, mediante grave ameaça ou violência à pessoa, por reiteração no cometimento de outras infrações graves e por descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta.

(E) adolescente, por reiteração no cometimento de ou-tras infrações graves e por descumprimento reitera-do e injustificável da medida anteriormente imposta.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**Direito Comercial e Empresarial**

66. Em relação à falência, considere:

I. São excluídas da falência as sociedades de econo-mia mista, as empresas públicas, as câmaras de compensação e de liquidação financeira e as enti-dades fechadas de previdência complementar.

II. Para se decretar a falência da sociedade empresá-ria exige-se a comprovação da insuficiência do ativo para a solvência do passivo.

III. Na falência requerida com fundamento na tríplice omissão a lei não exige que o título objeto da exe-cução tenha valor mínimo.

IV. Configura ato de falência (art. 94, inc. III, da Lei no 11.101/2005) a transferência do estabelecimen-to comercial a terceiro, credor ou não, com o consentimento de todos os credores.

V. A competência para a apreciação do processo fali-mentar, quando a empresa possui mais de um esta-belecimento comercial situados em locais abrangi-dos por diferentes foros, é aquele em que se loca-liza a matriz da sociedade, assim indicada no con-trato societário.

Está correto o que se afirma APENAS em

(A) I e IV.

(B) I e III.

(C) II, III e IV.

(D) IV e V.

(E) V.

67. É INCORRETO afirmar:

(A) Nas sociedades limitadas, o contrato social restringe a responsabilidade dos sócios ao valor de suas con-tribuições ou à soma do capital social.

(B) Sociedade de capital fixo cujo capital é determinado e estável e só pode ser modificado por alteração do contrato.

(C) A sociedade em conta de participação, em razão de sua estrutura econômica é reputada sociedade de capitais.

(D) As sociedades irregulares denominadas “em comum” pelo Código Civil, são sociedades não personificadas.

(E) As sociedades ilimitadas são aquelas em que todos os sócios assumem responsabilidade ilimitada e so-lidária relativamente às obrigações.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

68. É INCORRETO afirmar:

(A) Na sociedade em nome coletivo todos os sócios são limitada e solidariamente responsáveis pelas obriga-ções sociais.

(B) Nas sociedades em comandita simples, os sócios co-manditados pessoas físicas, respondem solidária e ili-mitadamente pelas obrigações sociais, e os comanditá-rios obrigam-se somente pelo valor de suas cotas.

(C) Na sociedade em comandita simples o sócio co-manditário pode ser pessoa jurídica, desde que constituída a sociedade de acordo com o disposto no art. 1045, do Código Civil.

(D) A sociedade em conta de participação não é irregu-lar, muito embora não tenha razão social ou firma; não se revele publicamente em face de terceiro e nem tenha patrimônio próprio.

(E) O contrato societário das denominadas sociedades simples deverá necessariamente conter dentre ou-tros requisitos a participação de cada sócio nos lu-cros e nas perdas (art. 997, CC).

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

69. Considere:

I. Nota promissória é promessa escrita de pagamento de certa soma em dinheiro; nasce com a assinatura do devedor.

II. O aceite é instituto típico da letra de câmbio; é o ato de vontade materializado pela oposição de assina-tura no título, mediante a qual o sacado concorda com a ordem do sacador, tornando-se o principal responsável da quantia expressa na letra de câm-bio na data de seu vencimento.

III. O prazo de apresentação do cheque ao banco, para pagamento é 60 dias.

IV. A letra de câmbio é ordem de pagamento à vista ou a prazo de quantia determinada.

V. A duplicata comercial é título de crédito de emissão obrigatória pelo vendedor, representando o crédito decorrente de uma venda mercantil.

Está correto o que se afirma APENAS em

(A) II e III.

(B) I, II e III.

(C) I.

(D) I, II e IV.

(E) III, IV e V.

**Tutela de Interesses Difusos, Coletivos e Individuais Homogêneos**

70. Segundo o Código de Defesa do Consumidor, na ação que tenha por objeto o cumprimento da obrigação de fazer ou não fazer, o juiz concederá a tutela específica da obri-gação ou determinará providências que assegurem o re-sultado prático equivalente ao do adimplemento. Segundo esse dispositivo,

(A) a conversão da obrigação em perdas e danos pode-rá ser concedida ainda que sem por ela optar o au-tor, desde que seja impossível a tutela específica ou a obtenção do resultado prático correspondente.

(B) a indenização por perdas e danos excluirá a multa.

(C) é lícito ao juiz conceder a tutela liminarmente ou após justificação prévia, citado o réu, bastando que o fundamento da demanda seja relevante.

(D) na sentença, o juiz somente poderá impor multa diá-ria ao réu se houver pedido expresso do autor.

(E) para a tutela específica ou para a obtenção do resul-tado prático equivalente, poderá o juiz determinar as medidas necessárias, tais como busca e apreensão, remoção de coisas e pessoas, desfazimento de obra, impedimento de atividade nociva, além de requisição de força policial e prisão civil temporária do réu.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

71. Dentre os instrumentos da política urbana, previstos no Estatuto das Cidades (Lei no 10.257/2001), figuram a de-sapropriação e a usucapião especial de imóvel urbano. A propósito desses instrumentos, é correto afirmar:

(A) É obrigatória a intervenção do Ministério Público nas ações de desapropriação e de usucapião especial de imóvel urbano.

(B) Na ação judicial de usucapião especial de imóvel ur-bano, o rito processual a ser observado é o ordinário.

(C) Associação de moradores da comunidade, com re-gular personalidade jurídica, é, por si própria, parte legítima para a ação de usucapião urbana.

(D) A aquisição individual de domínio pela usucapião es-pecial de imóvel urbano só poderá ocorrer em imó-veis não edificados de até 250 m2.

(E) Áreas urbanas com mais de 250 m2, ocupadas por população de baixa renda para sua moradia, por mais de 5 anos ininterruptamente e sem oposição, são susceptíveis de serem usucapidas coletivamente.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

72. Com relação à Lei de Improbidade Administrativa (Lei no 8.429/92), é correto afirmar:

(A) As ações de improbidade administrativa até o valor de 60 salários mínimos serão processadas nos Juizados Especiais da Fazenda Pública (Lei no 12.153/2009).

(B) O ressarcimento integral do dano será possível ape-nas se a lesão ao patrimônio público ocorrer por ação dolosa do agente público.

(C) O sucessor daquele que se enriquecer ilicitamente, por ato de improbidade administrativa, está sujeito às cominações da lei de improbidade pelo total da vantagem patrimonial indevida, ainda que esse ultra-passe o valor da herança.

(D) Caberá à autoridade administrativa responsável pelo inquérito representar ao Ministério Público para in-disponibilidade dos bens do indiciado.

(E) As penalidades previstas na Lei no 8.429/92 se apli-cadas cumulativamente excluirão outras sanções ci-vis ou administrativas previstas em legislação espe-cífica.

73. No curso do inquérito civil, o promotor de Justiça NÃO deve

(A) expedir recomendações e relatórios anuais ou espe-ciais para que sejam observados os direitos que lhe incumba defender ou para a adoção de medidas des-tinadas à prevenção ou controle de irregularidades.

(B) sugerir à esfera de poder competente a edição de normas ou a alteração da legislação em vigor.

(C) apurar falta disciplinar ou ilícito administrativo e requi-sitar à autoridade administrativa competente a aplica-ção das sanções cabíveis sob pena de prevaricação.

(D) notificar a autoridade competente para que, em pra-zo razoável, adote as providências legais, no âmbito de seu poder de polícia, a fim de assegurar o res-peito a interesses sociais.

(E) receber petições, reclamações, representações e queixas de qualquer pessoa, por desrespeito aos di-reitos assegurados nas Constituições Federal e Es-tadual e ordenamento jurídico, as quais serão enca-minhadas à autoridade competente para resposta e a devida solução, nos termos deste ato normativo e da legislação específica.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

74. É correto afirmar:

(A) Quando houver representação, o inquérito civil não poderá ser instaurado enquanto não for identificado o representante, ainda que o fato seja determinado.

(B) Do indeferimento da representação caberá sempre recurso ao Conselho Superior do Ministério Público.

(C) A representação para instauração do inquérito civil deverá ser apresentada por escrito, não devendo o Promotor de Justiça aceitá-la se for de outra forma.

(D) A representação poderá ser indeferida sem necessi-dade de motivação, quando apócrifa.

(E) Quando a representação formalmente em ordem, e sem peças de informação, for manifestamente impro-cedente, deverá ser autuada e arquivada, remeten-do-se os autos de ofício ao Conselho Superior do Mi-nistério Público para homologação do arquivamento.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

75. Com relação ao compromisso de ajustamento de conduta, é correto afirmar:

(A) Não se admite, ainda que em caráter excepcional, que seja celebrada sua novação nos termos da lei civil.

(B) Admite-se que seja celebrado com característica de ajuste preliminar.

(C) Admite-se a dispensa parcial das obrigações recla-madas para a efetiva satisfação do interesse ou di-reito lesado.

(D) Admite-se sua celebração em qualquer fase do in-quérito civil, ainda que o fato não esteja devida-mente esclarecido.

(E) Não se admite a dispensa de multa cominatória co-mo garantia do cumprimento da obrigação principal.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

76. Considerando o disposto na Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza − SNUC − (Lei no 9.985/2000), NÃO se encaixa no grupo das Unidades de Proteção Integral:

(A) Estação Ecológica.

(B) Parque Nacional.

(C) Floresta Nacional.

(D) Monumento Natural.

(E) Refúgio de Vida Silvestre.

77. Considerando o disposto na Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza − SNUC − (Lei no 9.985/2000), entende-se por

(A) Conservação da natureza: conservação de ecossis-temas e habitats naturais e a manutenção e recupe-ração de populações viáveis de espécies em seus meios naturais e, no caso de espécies domesticadas ou cultivadas, nos meios onde tenham desenvolvido suas propriedades características.

(B) Preservação: manutenção dos ecossistemas livres de alterações causadas por interferência humana, admitido apenas o uso indireto dos seus atributos naturais.

(C) Proteção integral: conjunto de métodos, procedi-mentos e políticas que visem a proteção a longo prazo das espécies, *habitats* e ecossistemas, além da manutenção dos processos ecológicos, preve-nindo a simplificação dos sistemas naturais.

(D) Zona de amortecimento: o entorno de uma unidade de conservação, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade.

(E) Conservação *in situ*: o manejo do uso humano da natureza, compreendendo a preservação, a manu-tenção, a utilização sustentável, a restauração e a recuperação do ambiente natural, para que possa produzir o maior benefício, em bases sustentáveis, às atuais gerações, mantendo seu potencial de sa-tisfazer as necessidades e aspirações das gerações futuras, e garantindo a sobrevivência dos seres vivos em geral.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

78. Com relação à proteção, aos direitos das pessoas porta-doras de transtornos mentais e ao modelo assistencial em saúde mental, é correto afirmar que

(A) a internação de pacientes portadores de transtornos mentais em instituições com características asilares é legal.

(B) a internação, em qualquer de suas modalidades, só será indicada quando os recursos extra-hospitalares se mostrarem insuficientes.

(C) a internação psiquiátrica será realizada mediante simples indicação médica, sem necessidade de mo-tivação, garantindo, assim, a acessibilidade ao trata-mento.

(D) a internação compulsória é aquela que se dá sem o consentimento do usuário e a pedido de terceiro.

(E) somente o médico assistente poderá determinar o término da internação voluntária.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

79. Com relação à responsabilidade do sistema consumerista quanto aos acidentes de consumo, é INCORRETO afirmar que

(A) é culposa a responsabilidade pessoal dos profis-sionais liberais.

(B) a responsabilidade do comerciante é subsidiária.

(C) a responsabilidade do fabricante é objetiva.

(D) a responsabilidade do fabricante não comporta excludentes de ilicitude.

(E) a responsabilidade do fornecedor de serviço com-porta excludentes de ilicitude.

80. Com relação ao inquérito civil, é correto afirmar:

(A) Se o órgão do Ministério Público, esgotadas todas as diligências, se convencer da inexistência de fun-damento para a propositura da ação civil, promoverá o arquivamento dos autos do inquérito civil ou das peças informativas, sem necessidade de fundamen-tação.

(B) Os autos do inquérito civil ou das peças de informa-ção arquivadas serão remetidos, sob pena de se in-correr em falta grave, no prazo de 30 (trinta) dias, ao Conselho Superior do Ministério Público.

(C) A instauração do inquérito civil prescinde de uma portaria inicial que fixe o seu objeto e justifique a necessidade de sua instauração.

(D) A promoção de arquivamento será submetida a exa-me e deliberação do Conselho Superior do Ministério Público, conforme dispuser o seu Regimento.

(E) Deixando o Conselho Superior de homologar a pro-moção de arquivamento, determinará ao mesmo ór-gão do Ministério Público o ajuizamento da ação.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

81. Considere as seguintes afirmações sobre a Lei Orgânica da Saúde (Lei no 8.080/90):

I. São objetivos do Sistema Único de Saúde SUS: a) a identificação e divulgação dos fatores condicio-nantes e determinantes da saúde; b) a formulação de política de saúde destinada a promover, nos campos econômico e social, a observância do de-ver do Estado de garantir que a saúde consiste na formulação e execução de políticas econômicas e sociais que visem à redução de riscos de doenças e de outros agravos e no estabelecimento de condi-ções que assegurem acesso universal e igualitário às ações e aos serviços para a sua promoção, pro-teção e recuperação; c) a assistência às pessoas por intermédio de ações de promoção, proteção e recuperação da saúde, com a realização integrada das ações assistenciais e das atividades preven-tivas.

II. Estão incluídas no campo de atuação do Sistema Único de Saúde (SUS): a colaboração na proteção do meio ambiente, nele compreendido o do traba-lho.

III. As ações de vigilância sanitária não abrangem o controle de bens de consumo ainda que, direta ou indiretamente, se relacionem com a saúde, enquan-to compreendidos nas etapas e processos de pro-dução.

IV. As ações de saúde do trabalhador compreendem um conjunto de atividades que se destina, através das ações de vigilância epidemiológica e vigilância sanitária, à promoção e proteção da saúde dos tra-balhadores, assim como visa à recuperação e rea-bilitação da saúde dos trabalhadores submetidos aos riscos e agravos advindos das condições de trabalho, mas não estão no âmbito da atuação do Sistema Único da Saúde.

Está correto o que se afirma APENAS em

(A) I e II.

(B) II e III.

(C) II e IV.

(D) I e III.

(E) I e IV.

82. A Constituição Federal, o Estatuto da Criança e do Ado-lescente (Lei no 8.069/90) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei no 9.394/96) asseguram o atendimento de crianças de zero a seis anos em creches e pré-escolas da rede pública. A propósito desse direito e de sua proteção judicial, considere as seguintes afirmações:

I. A repartição constitucional de competência impõe fundamentalmente ao Estado, ente federativo, o de-ver de atuar prioritariamente na educação infantil mediante a oferta de vaga em creche e pré-escolas.

II. É legítima a determinação da obrigação de fazer pelo Judiciário para tutelar o direito subjetivo do menor a tal assistência educacional, não havendo falar em discricionariedade da Administração Públi-ca, que tem o dever legal de assegurá-lo, tampouco na teoria da reserva do possível enquanto arguição abstrata de tese de defesa.

III. O Município tem a obrigação de assegurar o aces-so da criança à educação, cumprindo-lhe garantir vagas na rede pública, e, na falta destas, deve pro-porcionar, *incontinenti*, esse direito na rede privada, às suas expensas.

IV. O Ministério Público está legitimado, mediante ação civil pública, a tutelar esse direito, ainda que se trate de pedido voltado para uma única criança.

Está correto o que se afirma APENAS em

(A) I e III.

(B) II e IV.

(C) I e IV.

(D) I e II.

(E) III e IV.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

83. NÃO corresponde à definição e natureza jurídica do in-quérito civil:

(A) procedimento administrativo.

(B) de natureza inquisitorial.

(C) de caráter obrigatório.

(D) de caráter unilateral.

(E) privativo do Ministério Público.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**Direitos Humanos**

84. A Convenção Americana sobre Direitos Humanos − Pacto de São José da Costa Rica estabelece que a Comissão Interamericana de Direitos Humanos tem a função princi-pal de promover a observância e defesa dos direitos hu-manos, com as seguintes funções e competências:

(A) Reprimir as graves violações praticadas contra os di-reitos humanos e apresentar relatório à Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas sobre as providências tomadas.

(B) Determinar aos governos dos Estados-Membros que adotem medidas em prol dos direitos humanos e de-nunciar aos Tribunais Internacionais a ocorrência de crimes contra a humanidade.

(C) Receber petições de qualquer pessoa, grupo de pes-soas, de entidade não governamental ou de Estado-Membro que contenham denúncias ou queixas de violação da Convenção por um Estado-Membro.

(D) Preparar estudos e relatórios sobre a situação dos direitos humanos na América e capacitar pessoas para atuar na área de defesa dos direitos humanos.

(E) Julgar os casos de violação dos direitos humanos na América e manter atualizadas as normas da Con-venção Americana sobre Direitos Humanos.

85. As ações e serviços públicos de saúde e os serviços pri-vados contratados ou conveniados que integram o Siste-ma Único de Saúde (SUS), são desenvolvidos de acordo com as diretrizes previstas na Constituição Federal, obe-decendo ainda aos seguintes princípios:

(A) Universalidade de acesso aos serviços de saúde em todos os níveis de assistência, igualdade da assis-tência à saúde, sem preconceitos ou privilégios de qualquer espécie e participação da comunidade.

(B) Participação da comunidade e descentralização po-lítico-administrativa, com direção única em cada es-fera de governo e a execução de ações de vigilância sanitária, de vigilância epidemiológica e de saúde do trabalhador.

(C) Integralidade de assistência, entendida como con-junto articulado e contínuo das ações e serviços pre-ventivos e curativos, individuais e coletivos, exigidos para cada caso em todos os níveis de complexidade do sistema e assistência terapêutica integral, inclu-sive farmacêutica.

(D) Divulgação de informações quanto ao potencial dos serviços de saúde e a sua utilização pelo usuário, universalidade de acesso aos serviços de saúde em todos os níveis de assistência e o controle e a fisca-lização de serviços, produtos e substâncias de inte-resse para a saúde.

(E) Organização dos serviços públicos de modo a evitar duplicidade de meios para fins idênticos, integração em nível executivo das ações de saúde, meio am-biente e saneamento básico e participação na nor-matização, fiscalização e controle dos serviços de saúde do trabalhador nas instituições e empresas públicas e privadas.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

86. A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que pro-vê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas. Um dos objetivos da assistência social é a garantia de benefí-cio mensal às pessoas que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família. Em relação ao benefício de prestação conti-nuada, é correto afirmar:

I. Destina-se à pessoa com deficiência e ao idoso com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais.

II. Destina-se à pessoa com deficiência e ao idoso.

III. Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimentos de longo prazo de natureza físi-ca, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em in-teração com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e afetiva na sociedade em igual-dade de condições com as demais pessoas.

IV. Considera-se incapaz de prover a manutenção da pessoa com deficiência ou idosa a família cuja ren-da mensal *per capita* seja inferior a 1/2 (meio) sa-lário mínimo.

Está correto o que se afirma APENAS em

(A) II e III.

(B) II e IV.

(C) IV.

(D) I.

(E) I e III.

87. O Estatuto da Igualdade Racial (Lei no 12.288/2010), destinado a garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica, considera

(A) Desigualdade racial: toda situação justificada de di-ferenciação de acesso e fruição de bens, serviços e oportunidades, nas esferas pública e privada, em vir-tude de raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica.

(B) Discriminação racial ou étnico-racial: toda distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica que tenha por objeto anular ou restringir o reconheci-mento, gozo ou exercício, em igualdade de condi-ções, de direitos humanos e liberdades fundamen-tais nos campos político, econômico, social, cultural ou em qualquer outro campo da vida pública ou privada.

(C) População negra: o conjunto de pessoas que se au-todeclaram não brancas, conforme o quesito cor ou raça usado pelos órgãos oficiais de estatística.

(D) Ações afirmativas: os programas incentivados pelo Estado e pela iniciativa privada para a conscienti-zação das desigualdades raciais e para a promoção dos direitos humanos.

(E) Desigualdade de gênero e raça: simetria existente no âmbito da sociedade que acentua a distância so-cial entre mulheres negras e os demais segmentos sociais.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**Direito Administrativo**

88. São poderes da Administração inerentes ao exercício da atividade administrativa da União, Estados, Distrito Fede-ral e Municípios, em observância a suas competências constitucionais, e somente podendo ser exercidos nos li-mites da lei, os poderes

(A) de fomento, regulamentar, intervenção e disciplinar.

(B) de fomento, hierárquico, autoexecutoriedade e de polícia.

(C) regulamentar, intervenção, disciplinar e de polícia.

(D) de fomento, intervenção, autoexecutoriedade e hierárquico.

(E) regulamentar, disciplinar, hierárquico e de polícia.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

89. Atos de improbidade administrativa são aqueles que devi-damente tipificados em lei federal, ferem direta ou indiretamente os princípios constitucionais e legais da Administração pública, possuindo natureza

(A) civil, independentemente de importarem enriqueci-mento ilícito ou de causarem prejuízo material ao erário público.

(B) penal, independentemente de importarem enrique-cimento ilícito ou de causarem prejuízo material ao erário público.

(C) civil, desde que importem enriquecimento ilícito ou causem prejuízo material ao erário público.

(D) penal, desde que importem enriquecimento ilícito e causem prejuízo material ao erário público.

(E) civil, desde que importem enriquecimento ilícito e causem prejuízo material ao erário público.

90. A Constituição Federal, excepcionalmente, admite a con-tratação temporária sem concurso público, desde que es-tejam presentes os seguintes requisitos:

(A) Excepcional interesse público, contratação para o exercício de serviços típicos de carreira e hipóteses expressamente previstas em lei federal.

(B) Relevância e urgência, contratação por 180 (cento e oitenta) dias improrrogáveis e hipóteses expressa-mente previstas em lei federal.

(C) Excepcional interesse público, contratação por   
180 (cento e oitenta) dias improrrogáveis e hipóteses expressamente previstas em lei editada pelo ente federativo que efetue a contratação.

(D) Relevância e urgência, contratação para o exercício de serviços típicos de carreira e hipóteses expres-samente previstas em lei editada pelo ente federa-tivo que efetue a contratação.

(E) Excepcional interesse público, temporariedade da contratação e hipóteses expressamente previstas em lei editada pelo ente federativo que efetue a contra-tação.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

91. São atributos do ato administrativo:

(A) Legalidade, moralidade, impessoalidade e eficiência.

(B) Autoexecutoriedade, tipicidade, impessoalidade e moralidade.

(C) Eficiência, presunção de legitimidade e veracidade, autotutela e impessoalidade.

(D) Presunção de legitimidade e veracidade, imperativi-dade, autoexecutoriedade e tipicidade.

(E) Moralidade, autoexecutoriedade, imperatividade e eficiência.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

92. É vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, obser-vado, em qualquer caso, o teto remuneratório do funciona-lismo público, nas hipóteses de acumulação de dois car-gos de

(A) professor; a de um cargo de professor com outro, técnico ou científico, e a de dois cargos ou empre-gos privativos de médicos.

(B) professor; a de um cargo de professor com outro, técnico ou científico; a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.

(C) professor; a de um cargo de professor com outro, cargo ou emprego privativo de profissionais de saú-de, com profissões regulamentadas; e a de dois car-gos ou empregos privativos de médicos.

(D) professor do ensino médio ou fundamental; a de um cargo de professor com outro, técnico ou científico; e a de dois cargos ou empregos privativos de profis-sionais de saúde, com profissões regulamentadas.

(E) professor; a de dois cargos de professor com outro, técnico ou científico; e a de dois cargos ou empre-gos privativos de profissionais de saúde, com profis-sões regulamentadas.

93. As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros,

(A) assegurado o direito de regresso contra o responsá-vel nos casos de dolo.

(B) salvo comprovação de ausência de dolo ou culpa do responsável.

(C) assegurado o direito de regresso contra o responsá-vel nos casos de dolo ou culpa.

(D) salvo comprovação de ausência de dolo do respon-sável.

(E) salvo comprovação de culpa da vítima.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

94. Em relação ao regime legal das licitações, é correto afir-mar que

(A) é permitida a inclusão, no objeto da licitação, de for-necimento de materiais e serviços com estimativa de quantidades ou quantitativos próximos às previsões do projeto básico ou executivo.

(B) é vedado aos editais de licitação para a contratação de bens, serviços e obras, exigir que o contratado promova, em favor de órgão ou entidade integrante da administração pública ou daqueles por ela indicados a partir de processo isonômico, medidas de compensação comercial, industrial, tecnológica ou acesso a condições vantajosas de financiamento, cumulativamente ou não, na forma estabelecida pelo Poder Executivo federal.

(C) é permitido incluir no objeto da licitação a obtenção de recursos financeiros para sua execução, desde que seja apontada a sua origem, sendo vedado so-mente nos casos de empreendimentos executados e explorados sob o regime de concessão, nos termos da legislação específica.

(D) somente poderão ser licitados as obras e os serviços quando houver projeto básico aprovado pela autori-dade competente onde serão considerados, entre outros requisitos, a segurança, funcionalidade e ade-quação ao interesse público; economia na execução, conservação e operação; adoção das normas técni-cas, de saúde e de segurança do trabalho adequa-das e impacto ambiental.

(E) é vedada a utilização de projetos padronizados por tipos, categorias ou classes, mesmo nas obras e serviços destinados aos mesmos fins, independente-mente da análise do atendimento das condições pe-culiares do local ou às exigências específicas do em-preendimento.

95. Em relação às normas regentes da Administração Pública, é correto afirmar:

(A) A remuneração dos servidores públicos e o subsídio somente poderão ser fixados ou alterados por lei es-pecífica, observada a iniciativa privativa em cada ca-so, assegurada revisão geral anual, sempre na mes-ma data e sem distinção de índice.

(B) A aquisição de estabilidade do servidor público de-pende de sua nomeação para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público; o efetivo exercício por dois anos e avaliação especial e obri-gatória de desempenho por comissão instituída para essa finalidade.

(C) A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar, no prazo de seis meses ante-riores à eleição, nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

(D) A remuneração e o subsídio dos ocupantes de car-gos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos, per-cebidos cumulativamente ou não, incluídas as van-tagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal do Presidente da República.

(E) A remuneração de pessoal do serviço público será vinculada ou equiparada quando houver exercício de funções semelhantes em carreiras diversas no âm-bito dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

96. O servidor público, no exercício de mandato eletivo, inves-tido

(A) em mandato eletivo parlamentar federal, estadual, distrital ou municipal, ficará afastado de seu cargo, emprego ou função.

(B) no mandato de Prefeito, será afastado do cargo, em-prego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração.

(C) no mandato de Prefeito, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, em-prego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo.

(D) em mandato eletivo parlamentar estadual, distrital ou municipal, havendo compatibilidade de horários, per-ceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou fun-ção, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo.

(E) no mandato de Prefeito, será afastado do cargo, em-prego ou função, recebendo a remuneração do car-go eletivo.

97. Em relação à responsabilização por ato de improbidade administrativa, os agentes públicos

(A) podem ser responsabilizados por improbidade admi-nistrativa diretamente com base no art. 37, § 4o, da Constituição Federal, em observância aos princípios da reserva legal e da anterioridade independen-temente de específica previsão legal.

(B) poderão, nos termos do art. 37, § 4o, da Constituição Federal, ser sancionados pela prática de atos de improbidade administrativa, tipificados em lei, com a perda dos direitos políticos e da função pública, in-disponibilidade dos bens e ressarcimento ao erário, sem prejuízo da ação penal cabível.

(C) somente estarão sujeitos às sanções previstas no art. 37, § 4o, do texto constitucional, pelo cometi-mento de atos de improbidade administrativa, tipifi-cados em lei, quando comprovada sua respon-sabilidade subjetiva, não sendo possível a responsa-bilização objetiva.

(D) que praticarem atos de improbidade administrativa, tipificados em lei, deverão ser processados e julgados no foro definido por prerrogativa de função, desde que a ação tenha por objeto ato funcional.

(E) somente estarão sujeitos às sanções previstas no art. 37, § 4o, do texto constitucional, pelo cometi-mento de atos de improbidade administrativa pos-teriores a promulgação da Constituição Federal, sen-do vedada a aplicação retroativa do referido dis-positivo.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**Direito Eleitoral**

98. Nos termos da Constituição Federal de 1988, são órgãos da Justiça Eleitoral:

(A) O Tribunal Superior Eleitoral, os Tribunais Regionais Eleitorais, os Juízes e Promotores Eleitorais e as Se-ções Eleitorais.

(B) O Tribunal Superior Eleitoral, os Tribunais Regionais Eleitorais, os Juízes Eleitorais, os Cartórios Eleito-rais e as Seções Eleitorais.

(C) O Supremo Tribunal Federal, o Tribunal Superior Eleitoral, os Tribunais Regionais Eleitorais, as Zonas Eleitorais e as Juntas Eleitorais.

(D) O Tribunal Superior Eleitoral, os Tribunais Regionais Eleitorais, as Zonas Eleitorais e as Juntas Eleitorais.

(E) O Tribunal Superior Eleitoral, os Tribunais Regionais Eleitorais, os Juízes Eleitorais e as Juntas Eleitorais.

99. Em relação ao Ministério Público Eleitoral, é correto afirmar:

(A) Se o órgão do Ministério Público, ao invés de apre-sentar a denúncia, requerer o arquivamento da in-vestigação de infração penal eleitoral, o juiz, no caso de considerar improcedentes as razões invocadas, fará remessa do pedido ao Procurador-Geral de Jus-tiça.

(B) Ouvidas as testemunhas da acusação e da defesa e praticadas as diligências requeridas pelo Ministério Público, o Juiz Eleitoral encerrará a instrução e abri-rá vista ao Promotor Eleitoral para que, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, apresente as alegações finais.

(C) Verificada a infração penal eleitoral, o Ministério Pú-blico oferecerá a denúncia dentro de 10 (dez) dias.

(D) As funções de Procurador-Geral Eleitoral, perante o Tribunal Superior Eleitoral, serão exercidas pelo Pro-curador Geral da República e, perante os Tribunais Regionais Eleitorais dos Estados, pelos Procura-dores-Gerais de Justiça.

(E) O Promotor Eleitoral será o membro do Ministério Público Federal que oficie junto ao Juízo incumbido do serviço eleitoral de cada Zona.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

100. A legislação estabelece que é vedada a veiculação de pro-paganda eleitoral, de qualquer natureza, nos bens cujo uso dependa de cessão ou permissão do Poder Público, ou que a ele pertençam e nos de uso comum. Para fins eleitorais, são bens de uso comum:

(A) Aqueles a que a população em geral tem acesso, excluindo-se a propriedade privada que é garantida pela Constituição Federal de 1988.

(B) Os assim definidos no Código Civil e também aque-les a que a população em geral tem acesso, tais co-mo cinemas, clubes, lojas, centros comerciais, tem-plos, ginásios, estádios, ainda que de propriedade privada.

(C) As árvores e os jardins localizados em áreas públi-cas, bem como os muros, cercas e tapumes divisó-rios de propriedades privadas.

(D) Os de uso comum do povo e os de uso especial, tais como rios, mares, estradas, ruas, jardins, praças, es-colas e demais logradouros previstos no Estatuto da Cidade (Lei Federal no 10.257/2001).

(E) Os assim definidos pela Lei Federal no 10.406/2002.